



## TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS

Avenida Theotônio Segurado AANE 40 - Bairro Plano-Diretor Norte - CEP 77006-332 - Palmas - TO - <http://www.tjto.jus.br>  
QI-01 Lote 03

### Edital Nº 427 / 2023 - ESMAT/DGESMAT/DEESMAT

#### EDITAL nº 192, de 2023 – SEI Nº. 22.0.000007788-0

O diretor geral da Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT), no uso de suas atribuições, RETIFICA o Edital nº 181, de 2023 que Diário de Justiça n ° 5.496, de 13 de setembro de 2023, pp. 72-76, alterando o nome do evento PROTEÇÃO DE DADOS NO ÂMBITO DO PODER JUDICIÁRIO, pra **PROTEÇÃO DE DADOS NO ÂMBITO DO PODER JUDICIÁRIO E SISTEMAS DE JUSTIÇA**, a se realizar no dia 27 de setembro de 2023, e modificado ainda, o prazo das inscrições, público-alvo, pré-requisitos, carga horária, cronograma, conforme segue:

#### 1. DADOS GERAIS

**Nome:** Proteção de Dados no Âmbito do Poder Judiciário e Sistemas de Justiça

**Período de inscrições:** As inscrições ocorrerão no período de 19 a 27 de setembro de 2023.

**Inscrições:** As inscrições serão realizadas por meio do Sistema Acadêmico da Escola Superior da Magistratura Tocantinense (SAV/ESMAT), e o *link* será disponibilizado no Portal da Esmat.

**Públicos-Alvo:** Magistrados e magistradas do Poder Judiciário Tocantinense; Servidores e servidoras do Poder Judiciário Tocantinense; Ministério Público do Estado do Tocantins; Defensoria Pública do Estado do Tocantins; OAB; TRE; Justiça Federal; Justiça do Trabalho; Tribunal de Contas do Estado; Estudantes e comunidade em geral que tenham interesse na temática de LGPD.

**Carga horária de certificação:** 4 horas

**Modalidade:** Híbrido

Os(As) participantes matriculados(as) nas cidades do interior do Tocantins e demais regiões terão acesso à transmissão do Evento no *link* que será disponibilizado no Portal da Esmat;

Os(As) participantes matriculados(as) em Palmas deverão participar de forma presencial no auditório do Tribunal de Justiça do Tocantins para registro da frequência.

**Local:** Auditório do Tribunal de Justiça do Tocantins e EaD pela Plataforma Virtual da Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT)

#### 3. PRÉ-REQUISITOS

- 3.1 Serem magistrados(as) do Poder Judiciário Tocantinense;
- 3.2 Serem servidores(as) do Poder Judiciário Tocantinense;
- 3.3 Serem membros e servidores(as) do Ministério Público do Estado do Tocantins;
- 3.4 Serem membros e servidores(as) da Defensoria Pública do Estado do Tocantins;
- 3.5 Serem da OAB,
- 3.6 Serem membros e servidores(as) do TRE,
- 3.7 Serem magistrados(as) e servidores da Justiça Federal,
- 3.8 Serem magistrados(as) e servidores da Justiça do Trabalho,
- 3.9 Serem membros e servidores(as) do Tribunal de Contas do Estado;
- 3.10 Serem estudantes e comunidade em geral que tenham interesse na temática de LGPD;

#### 5. CRONOGRAMA E PROGRAMAÇÃO

**SEMANA SOBRE A LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD)**

**PROTEÇÃO DE DADOS NO ÂMBITO DO PODER JUDICIÁRIO E SISTEMAS DE JUSTIÇA**

<b>Data</b>	<b>Programação</b>	<b>Estrutura</b>	
<b>Dia 27 de setembro de 2023</b>	Das 8h às 8h30	Credenciamento	
	Das 8h30 às 9h	<b>Solenidade de Abertura do Evento</b>	
		<b>Desembargadora Etelvina</b> Presidente do Tribunal de Justiça do Tocantins	
		<b>Desembargador Pedro Nelson Coutinho</b> Presidente do Órgão Encarregado de Proteção de Dados Pessoais	
	Carga Horária	<b>Lançamento do livro “LGPD: Direitos dos Titulares” – Os direitos dos titulares previstos no artigo 18 da LGPD</b> Coordenadores: <b>Desembargadora Denise Francoski</b> Tribunal de Justiça de Santa Catarina	
		<b>Servidor Marcello Muller Teive</b> Tribunal de Justiça de Santa Catarina	
		<b>30min</b>	
	<b>PALESTRA 1</b>		
	Das 9h às 9h10	<b>Tema: Apresentação do Portal LGPD</b>	
	Carga Horária	<b>Palestrante:</b> <b>Desembargador Pedro Nelson Coutinho</b> Presidente do Órgão Encarregado de Proteção de Dados Pessoais	
<b>10min</b>			
<b>PALESTRA 2</b>			
Das 9h às 9h30	<b>Tema: Segurança da Informação e LGPD</b>		
	<b>Palestrantes:</b> <b>Milena Santana de Araújo Lima</b> Delegada de Polícia e Chefe da Divisão de Inteligência do TJTO		
	<b>Thainá Suzan Silva</b> <b>Analista de Suporte Técnico na Divisão Manutenção e Suporte a Usuário.</b>		
Carga Horária	<b>20min</b>		
<b>PALESTRA 3</b>			
Das 9h30 às 10h	<b>Tema: Desafios e Soluções: LGPD nos Tribunais</b>		
	<b>Palestrante:</b> <b>Advogada Maria Lohana H. de M. S. Siqueira</b> Ex-presidente da Comissão Especial sobre Lei Geral de Proteção de Dados da OAB/TO		
	<b>30min</b>		
<b>PALESTRA 4</b>			
Das 10h às 12h	<b>Tema: Proteção de Dados no Âmbito do Poder Judiciário</b>		
	<b>Palestrante:</b> <b>Desembargadora Denise Francoski</b> Tribunal de Justiça de Santa Catarina		
	<b>2 horas-aula</b>		
<b>Carga Horária Total do Evento</b>	<b>4 horas-aula</b>		

## 5.1 PALESTRANTES

### 5.1.1

<b>Nome</b>	<b>Pedro Nelson de Miranda Coutinho</b>
<b>Síntese Currículo</b>	<b>do</b> Mestre em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos, pela Universidade Federal do Tocantins (UFT) e Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT). Pós-Graduado em Direito, pela Universidade do Paraná, 1986. Pós-Graduado em Filosofia da Educação, pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 1988. Pós-Graduado Lato Sensu em Políticas e Estratégias Nacionais, pela Fundação Universidade do Tocantins (UNITINS), 1997. Presidente do Órgão Encarregado de Proteção de Dados Pessoais.

### 5.1.2

<b>Nome</b>	<b>Milena Santana de Araújo Lima</b>
<b>Síntese Currículo</b>	<b>do</b> Delegada de Polícia, com atuação especializada na atividade de inteligência, combate às defraudações e crimes em ambientes virtuais. Possui graduação em Direito pela Universidade Tiradentes, Pós-Graduação pela Universidade do Sul de Santa Catarina em Direito Processual e Especialização em Cybercrime e Cybersecurity: Prevenção e Investigação de Crimes Digitais, pela Unyleya, Curso de Política, Planejamento e Gestão Estratégica em Segurança Pública, pela Escola Superior de Guerra, Curso de Formação de Formadores pela Escola da Magistratura Tocantinense, MBA Executivo em Segurança Cibernética, também pela Unyleya e especialização em Curso Superior de Polícia - CSP/2022 PMTO, pela Academia Policial Militar Tiradentes, APMT, em parceria com a Universidade Estadual do Tocantins - UNITINS. Atuou como Professora da matéria de Crimes Cibernéticos na Escola da Magistratura Tocantinense, Academia de Polícia Civil de Tocantins e Escola Superior da Polícia Civil do Tocantins. Atuação profissional anterior na Procuradoria Geral do Estado de Sergipe(cargo comissionado), Polícia Civil de Sergipe(servidora efetiva), Diretoria de Inteligência da Senasp-MJ(servidora mobilizada), Polícia Civil do Estado do Tocantins(titular da DRCC/Palmas e DEAM/Porto). Co-autora de obras especializadas em investigação criminal e atividade de inteligência. Atualmente encontra-se à disposição do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, no Núcleo de Inteligência e Segurança Institucional e membro do Grupo Operacional de Proteção aos Dados Pessoais. Fonte: <a href="http://lattes.cnpq.br/0015843539718204">http://lattes.cnpq.br/0015843539718204</a>

### 5.1.3

<b>Nome</b>	<b>Thainá Suzan Silva</b>
<b>Síntese Currículo</b>	<b>do</b> Pós-Graduação em Gestão de Tecnologia da Informação e da Comunicação, Universidade Cândido Mendes. Certificação EXIN DPO® - Data Protection Officer, EXIN Certified Information Security Officer – CISO. Cursando Auditor Líder da ISO 27701 Membro do Comitê de Segurança da Associação Nacional dos Profissionais de Privacidade de Dados - APDADOS

### 5.1.4

<b>Nome</b>	<b>Maria Lohana Hexana de Moura Silva Siqueira</b>
<b>Síntese Currículo</b>	<b>do</b> Advogada, mestre em Direito pela Universidade Católica de Brasília, ex-presidente da Comissão Especial sobre Lei Geral de Proteção de Dados da OAB/TO

### 5.1.5

<b>Nome</b>	<b>Denise de Souza Luiz Francoski</b>
<b>Síntese Currículo</b>	<b>do</b> Pós-Graduanda em Direito Digital, pela UERJ/ITS (2021-II/2022-II). Mestra em Ciência Política e Jurídica, pela Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI), 2002-2004. Mestra em Relações Internacionais, pela Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL), 1999-2001. Especialista em Direito Econômico Europeu, pela Europa University Lisboa, 1997. Especialista em Administração Pública e Sociedade, pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), 1997. Pós-Graduada, pela Escola da Magistratura Catarinense, na 2ª Turma, 1987-1988. Bacharela em Direito, pela Universidade Federal de Santa Catarina, 1980-1985. Atualmente é desembargadora no Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC) e integrante da 5ª Câmara de Direito Público. Coordenadora do Comitê Gestor de Proteção de Dados (CGPD), (TJSC), desde a sua criação em 2018 (com

reconduções aos biênios 2019-2021 e 2022-2023). Encarregada pelo Tratamento de Dados Pessoais do Poder Judiciário de Santa Catarina. Membro do Grupo de Trabalho destinado à elaboração de estudos e de propostas voltadas à adequação dos tribunais à Lei Geral de Proteção de Dados, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

---

## 6. DISPOSIÇÕES FINAIS

6.1 A inscrição e a matrícula implicarão aceitação prévia das normas contidas no presente Edital, no Regimento Interno da Esmat e na Portaria nº 1.965, de 2018, publicada no Diário da Justiça nº 4.348, de 13 de setembro de 2018;

6.2 A desistência da atividade, sem causa justificada, deverá ser comunicada à Esmat até o terceiro dia útil que anteceder o início do evento-atividade, pelo e-mail [secretaria.esmat@tjto.jus.br](mailto:secretaria.esmat@tjto.jus.br);

6.3 A desistência do curso iniciado ou a reprovação sujeitarão o(a) inscrito(a) à perda do direito de participar de ações de capacitação custeadas ou promovidas pela Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT) pelo período de quatro meses, salvo por motivo de licença ou de afastamento previstos em Lei;

6.4 Os casos omissos e as dúvidas de interpretação das normas reguladoras do curso, porventura suscitados, deverão ser encaminhados ao Conselho de Cursos da Escola Superior da Magistratura Tocantinense.



Documento assinado eletronicamente por **Desembargador Marco Anthony Steveson Villas Boas**, **Diretor da ESMAT**, em 18/09/2023, às 18:56, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no link <http://sei.tjto.jus.br/verifica/> informando o código verificador **5354557** e o código CRC **1309E0D5**.